

**Exmo. Senhor Presidente da Comissão de
Assuntos Europeus, Deputado Luís
Capoulas Santos**

**Exmo. Senhor Presidente da Comissão de
Saúde, Deputado António Maló de Abreu**

Assunto: Requerimento para audição com caráter de urgência da Diretora Geral de Saúde, Dr.^a Graça Freitas, e do Secretário de Estado dos Assuntos, Dr. ^o Tiago Antunes, no âmbito do processo de aquisição de vacinas contra a Covid 19 e do consequente desperdício de 3,5 milhões de doses, cujos prazos de validade se encontram expirados.

Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus e Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Saúde,

O CHEGA vem requerer a V/ Exas., **a marcação de uma audição conjunta com as Comissões de Assuntos Europeus e Saúde com caráter de urgência**, a fim de esclarecer os contratos de aquisição conjunta de vacinas contra a covid19 e o desperdício por parte de Portugal de 3,5 milhões de doses, e que segundo o Ministério da Saúde representam uma taxa de inutilização de 8,5%.

A compra conjunta de vacinas contra a covid19 por parte da União Europeia tem sido alvo de escrutínio, devido a alguns processos cujos contornos não são totalmente transparentes, especialmente os celebrados com a farmacêutica Pfizer.

Depois da Provedora de Justiça Europeia e do Tribunal de Contas Europeu, seguiu-se a Procuradoria Europeia no apuramento das condições contratuais de compra das vacinas contra a covid-19 pela Comissão Europeia.

Existem factos por explicar que colocam a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, no epicentro de uma polémica aparentemente difícil de explicar, onde a presidente da Comissão europeia recusou divulgar as SMS que trocou com o CEO da farmacêutica Pfizer durante o período de negociações para a aquisição de vacinas, primeiro à comunicação social ao abrigo da lei de acesso à informação, e posteriormente à provedora da Justiça Europeia, que acusa a Comissão Europeia de falta de resposta a perguntas básicas como por exemplo, se existiu ou não esta alegada troca de SMS.

Igualmente estranhos são os factos relatados pelo Tribunal de Contas europeu que descobriu que o contrato assinado em Maio de 2021, entre a Comissão europeia e a farmacêutica Pfizer foi feito à revelia dos procedimentos habituais, que conta sempre com uma equipa de negociação conjunto, no entanto, este contrato específico foi a própria Ursula von der Leyen que levou a cabo as negociações iniciais, em Março de 2021 e uma reunião que deveria ter acontecido no início de 2022, onde estariam reunidos assessores científicos para debater estratégias de vacinas para a EU nunca aconteceu. Da mesma forma, o Tribunal de Contas Europeu, acusa também a Comissão europeia de não fornecer documentos e informações sobre as negociações com a Pfizer, como atas de reuniões e condições negociadas, presentes no *Advanced Purchase Agreement (APA)*.

O portal BASE tem publicados dois “contratos” celebrados entre a Direção Geral da Saúde e a Pfizer, por ajuste direto no regime geral, um com data de 19/02/2021 e outro de 23/03/2021, no valor de 54.489.660,00 € e 34.419.238,00€ respetivamente, mas de cujos anexos apenas constam o *Vaccine Order Form (VOF)*, uma espécie de sumário bastante reduzido daquele que será o contrato original com todas as cláusulas.

Se é importante esclarecer todas as cláusulas dos contratos, torna-se igualmente importante esclarecer agora o desperdício por parte de Portugal de 3,5 milhões de doses, quando sabemos, através do relatório do Tribunal de Contas Europeu, que estes contratos de aquisição conjunta, contemplavam a aquisição de 9 doses de vacinas para cada cidadão incluindo crianças.

Segundo dados do Ministério da Saúde, Portugal fez 14 contratos com seis fornecedores de vacinas. Foram entregues até á data cerca de 40 milhões de 61,7 milhões de doses encomendadas.

A Comissão Europeia está a tentar renegociar com as farmacêuticas os contratos de fornecimento de vacinas contra a Covid-19, numa altura em que países não sabem o que fazer com o excesso de doses, à semelhança de Portugal, e acabam por deitar ao lixo milhares de doses, milhares de euros.

É neste contexto, e como fundamentação da urgência no agendamento desta audição, que o Grupo Parlamentar do CHEGA vem solicitar a V/ Exa. que tome as diligências necessárias à audição da Diretora Geral de Saúde (entidade responsável pela assinatura das VOF) e o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, por forma a esclarecer ambas as comissões sobre os termos contratuais em que Portugal adquiriu as vacinas contra a covid19 e o desperdício reportado.

Palácio de S. Bento, 11 de maio de 2023

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA,

Bruno Nunes

Pedro dos Santos Frazão